

A EDUCAÇÃO COMO EXPRESSÃO DO URBANO NA CIDADE DE MARIANA/MG NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Marcus Vinícius **Fonseca** – UFOP

Agência Financiadora: FAPEMIG

Resumo

Neste trabalho procuramos estabelecer uma relação entre as análises históricas sobre a educação e o processo de configuração do espaço social representado por Minas Gerais, no século XIX, região que teve como principal marca o fato de ter sido urbana antes de se tornar rural. A singularidade desta configuração espacial é o ponto de partida para a elaboração de uma análise sobre a educação. Para isso, utilizamos como referência a cidade de Mariana que era uma das expressões mais elevadas do padrão de urbanidade que se desenvolveu em Minas, entre os séculos XVIII e XIX. A partir da análise de uma documentação censitária procuramos demonstrar a flexibilidade deste tipo de configuração espacial que, entre outras coisas, possibilitava a relação de diferentes sujeitos com as escolas de instrução elementar, destacadamente mulheres chefes de domicílio que podiam utilizar esta instituição como mecanismo de afirmação de seu grupo familiar no espaço social.

Palavras chave: Minas Gerais - Espaço urbano – Mulheres – Família - Século XIX

A EDUCAÇÃO COMO EXPRESSÃO DO URBANO NA CIDADE DE MARIANA/MG NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

A educação como expressão do urbano na cidade de Mariana/MG na primeira metade do século XIX

Entre os séculos XVIII e XIX, a configuração espacial do território de Minas Gerais seguiu uma trajetória de desenvolvimento em que houve uma inversão da tradicional relação entre o espaço rural e o urbano. As características urbanas que marcaram os períodos iniciais da ocupação do território cederam lugar a um padrão de organização com características rurais. Essa trajetória se diferencia do padrão usual de composição espacial, pois “pode-se afirmar que em Minas é o espaço urbano em si que vai produzir – mais do que simplesmente anteceder – o espaço rural, e não o contrário, como via de

regra se pensa o caminho da formação das cidades e dos espaços urbanos na história”. (CUNHA, 2009, p. 58)

Neste cenário descrito por Cunha (2009) a caracterização do urbano está relacionada com a presença de uma série de elementos capazes de produzir um ambiente específico no interior das cidades. Entre eles, podemos destacar a densidade demográfica, a variedade de serviços, a difusão e a circulação de ideias. Em conjunto, estes elementos produzem uma configuração espacial que possibilita a circulação de sujeitos que dinamizam e marcam a vida das cidades.

Em Minas, a inversão entre o rural e o urbano está relacionada com o tipo de sociedade produzida a partir da preponderância da atividade mineradora nos períodos iniciais de ocupação do território. Foi através da mineração que surgiram conglomerados populacionais e atividades socioculturais tipicamente urbanas. Por outro lado, foram as necessidades destes núcleos urbanos que deram origem ao espaço rural que foi se especializando através da produção de alimentos e utensílios para o abastecimento das cidades da região mineradora, sobretudo aquela que se encontravam no centro da Capitania/Província.

A manifestação do chamado *barroco mineiro* representa esse movimento, pois, tratava-se de um tipo de expressão cultural que necessitava das vivências tipicamente urbanas. É por isso que, em Minas, esse movimento cultural manifestou-se com força no século XVIII, mas não encontrou paralelo no século XIX, período em que a região foi sendo progressivamente marcada por uma cultura rural (CUNHA, 2002).

A especificidade representada por esta configuração espacial encontra ressonância em outras dimensões que, quando consideradas em conjunto, revelam um perfil singular para a sociedade que se constituiu em Minas. Entre elas, destaca-se a economia que, neste período, adquiriu características diferentes das demais regiões brasileiras.

Minas Gerais é a região onde encontramos a transição de uma atividade de *monocultura* para uma *economia diversificada* sem a ocorrência de grandes traumas na vida social. Esse movimento ocorreu em consequência da necessidade de enfrentamento da decadência da atividade mineradora que, a partir do final do século XVIII, passou a ceder espaço para a agricultura, a criação de animais, o comércio e o trabalho de pequenos artesãos (PAIVA, 1996).

O êxito desta diversificação econômica se expressava na intensidade do uso da mão de obra escrava que se fazia presente em larga escala no território mineiro. Devemos considerar que não é possível admitir uma crise econômica para uma região que

absorvia a maior parte dos trabalhadores escravos do país. Portanto, no final do século XVIII, o que encontramos em Minas não foi a decadência econômica como resultado da crise na atividade mineradora, mas a diversificação e a reestruturação de sua matriz produtiva que continuou fazendo da região o maior pólo de atração dos trabalhadores escravos introduzidos no país.

Portanto, em Minas Gerais encontramos um processo de configuração espacial específico em que houve a inversão das tradicionais relações entre o espaço rural e urbano. Esta singularidade manifestou-se em diferentes áreas, afetando inclusive as atividades ligadas à educação. Dentro disso, é necessário destacar a precocidade com que foi estabelecida a *obrigatoriedade escolar* que foi determinada por uma lei de 1835, data muito anterior à grande maioria das províncias brasileiras: “em termos de legislação provincial, as primeiras peças legais datam de 1835 e foram proclamadas por Minas Gerais e Goiás, seguidas do Ceará (1837) e Piauí (1845). O município neutro da Corte encerra em 1849 o movimento restrito à primeira metade do século XIX”. (VIDAL, 2013, p.12)

Esta precocidade pode ser creditada à mentalidade urbana que se manifestava na sociedade mineira, já que escolarização e urbanização são fenômenos paralelos (HILSDORF, 2012). Assim, podemos entender que o estabelecimento precoce da obrigatoriedade escolar é uma manifestação da própria cultura urbana que se manifestou em Minas.

Portanto, podemos dizer que encontramos uma singularidade no processo de configuração do território de Minas Gerais. Ele tem sua origem na forma como se deu a ocupação e organização do espaço, manifestando-se também na economia, na cultura e nas formas de estabelecimento dos processos educacionais.

Neste artigo, tomaremos como referência esta especificidade para estabelecer algumas conexões entre a educação e os processos de configuração do espaço urbano. Para realização desta tarefa, concentraremos nossa análise na cidade de Mariana que era uma das localidades mais representativas do padrão de urbanidade que se estabeleceu em Minas. A partir da análise de dados provenientes de uma documentação censitária iremos investigar algumas características da população e da educação através de alguns sujeitos cuja existência estava ligada ao ambiente urbano de Mariana, destacadamente professores, estudantes e os grupos familiares que possuíam crianças nas escolas de instrução elementar.

A educação como um serviço e um espaço para circulação de ideias em Mariana

A cidade de Mariana surgiu a partir de um povoado que se estabeleceu através da mineração do ouro na região central de Minas, no final do século XVII. Inicialmente, foi designada com o nome de Arraial do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, logo em seguida foi promovida à condição de Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo. Em 1745, foi transformada em cidade tornando-se um dos municípios mais importantes do período colonial, ocasião em que passou a ser a sede do bispado: “em 1745 concretizou-se a criação do bispado. Neste mesmo ano, a vila foi elevada à categoria de Cidade de Mariana, em homenagem à D. Maria Anna D`Áustria, esposa de D. João V. Como as sedes eclesiásticas podiam ser criadas somente em terras livres segundo as leis da Igreja, esta promoção pressupunha a emancipação do município.” (DAMASCENO, 1998, p.36)

No século XIX, a mineração perdeu a importância que alcançou nos períodos anteriores. No entanto, a cidade continuou sendo um pólo de desenvolvimento que congregava um conjunto variado de atividades econômicas e culturais. Isso pode ser constatado através de dados do ano de 1831, quando Mariana foi objeto de um registro censitário que contabilizou seus habitantes.

De acordo com os dados deste censo, a cidade contava com uma população de 2.973 habitantes que estavam distribuídos por 596 domicílios. Esta população era composta por 1.449 indivíduos do sexo masculino e 1.524 do sexo feminino. Os escravos totalizavam o número de 854 indivíduos, ou seja, 29% da população.

Em relação à classificação racial temos uma presença majoritária de indivíduos que foram registrados como negros. Isso pode ser constatado quando agregamos os dados daqueles que foram listados como pretos, pardos e crioulos que chegavam a compor 72% da população¹.

O perfil racial dos alunos das escolas elementares acompanhava aquele que encontramos na população. Sessenta e cinco crianças foram assinaladas como alunos das aulas de instrução elementar, destas 44 foram designadas como negras e 21 como brancas, respectivamente 68% e 32%.

¹ Uma análise das listas nominativas revela que cada um destes termos tem um significado específico, mas não há dúvida que eram formas de classificação da população de origem africana, ou negra, designação que utilizamos neste texto.

O censo também registra uma quantidade significativa de estudantes que se encontravam nos níveis mais elevados do ensino. Em relação a este segmento, merece destaque os estudantes do *Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte*, instituição que contava com 26 alunos. Encontramos ainda, outros 25 que frequentavam as aulas de professores que atuavam na cidade. Todos os estudantes eram do sexo masculino e se encontravam em uma faixa etária que ia dos 12 aos 32 anos. Entre eles, 36 foram assinalados como brancos, 14 pardos e 01 como crioulo.

Portanto, podemos dizer que em Mariana havia uma inversão do perfil racial dos alunos das escolas elementares e aqueles que se encontravam nos níveis mais elevados de ensino. Como vimos anteriormente, entre os primeiros havia um predomínio de negros (68%), situação que se inverte entre os estudantes que eram compostos por 70% de brancos.

Um dos elementos do conceito de espaço urbano que utilizamos tem como característica o destaque em relação à capacidade de uma cidade de absorver e colocar em circulação uma pluralidade de ideias. Neste sentido, podemos entender que as diferentes instituições educacionais que se fizeram presentes em Mariana foram espaços fundamentais para exercício desta dimensão.

Uma representação clara deste movimento pode ser encontrada em um conflito que se estabeleceu entre o professor José Ribeiro Bhering e o Reitor do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, Frei José. No início do século XIX, estes dois indivíduos travaram uma disputa em que manifestaram fortes divergências em relação à administração do Seminário de Mariana, que havia sido fundado em 1750.

José Ribeiro Bhering foi aluno do Seminário, onde se ordenou padre, em 1826, ocasião em que passou a integrar o corpo docente da instituição. Nela, atuou como professor de filosofia durante três anos, sendo demitido em função das críticas que fazia em relação à gestão do Seminário. Ribeiro Bhering divergia do reitor da instituição em relação ao alcance das ações estabelecidas pelo poder legislativo que, no entendimento dele, deveriam normatizar a conduta do Seminário.

Frei José, o reitor, reconhecia a legitimidade do poder legislativo que havia se constituído após a Independência, em 1822, mas entendia que a igreja tinha autonomia na condução de suas ações. Para ele, isso colocava o Seminário fora das determinações estabelecidas pelo governo provincial. Gabriela B. Almeida (2013, p.18) define este conflito nos seguintes termos:

Podemos afirmar que Ribeiro Bhering era um sujeito que depositava grande confiança no Poder Legislativo, sendo este um espaço de importância capital para definição das regras que guiarão a vida em sociedade. Por isso, não haveria problema, em sua concepção, se as normas de regência do Seminário, bem como os conteúdos a serem ensinados, fossem definidos nos limites das leis... Já para Frei José, as normas de regência do Seminário deveriam ser estipuladas pelos bispos, que haveriam de estar, por sua vez, alinhados com os ditames da Santa Sé.”

O processo de gestão do Seminário de Mariana tornou-se objeto de um debate que se manifestou com frequência nas páginas do jornal *O Universal*². Neste debate, o que estava em questão era a relação entre Estado e Igreja e, conseqüentemente, o modelo de sociedade que deveria ser estabelecido no país. Isso revela o clima de efervescência cultural de Mariana e o caráter universal do debate que mobilizou diferentes ideias na discussão em relação ao modelo de Estado que deveria ser criado para o gerenciamento da sociedade brasileira.

No processo de definição e qualificação do urbano destacamos o lugar da educação como espaço para circulação de ideias e também como serviço prestado à população. Em relação a esta última dimensão, é preciso chamar atenção para a importância que se atribuía à educação na cidade de Mariana. Isso se torna evidente quando constatamos que este foi um dos primeiros municípios do Brasil a estabelecer uma lei sobre a obrigatoriedade escolar: “dessa maneira em 1 de outubro de 1828 foi prescrita a obrigatoriedade escolar nas Posturas Policias fixadas pela Câmara Municipal da cidade de Mariana. Possivelmente essa foi uma das primeiras regulamentações sobre obrigatoriedade escolar no Brasil.” (VEIGA, 2013, p.139)

Portanto, a cidade de Mariana decretou a obrigatoriedade escolar sete anos antes de isso ter sido estabelecido pela província de Minas. Se tradicionalmente considerarmos que, em 1835, Minas Gerais foi pioneira no estabelecimento da obrigatoriedade escolar, somos forçados a reconhecer que a cidade de Mariana foi ainda mais longe, ao fazer isso em 1828.

A importância deste fato torna-se ainda mais evidente quando constatamos o nível de difusão da escolarização em meio à população. Isso pode ser verificado através do

² O jornal *O Universal* era produzido em Ouro Preto, circulou entre os anos de 1825 a 1842 e foi um dos principais periódicos mineiros do século XIX.

cálculo do padrão de atendimento daquilo que, a partir de um vocabulário contemporâneo, podemos chamar de *população em idade escolar*.

Para calcular a *população em idade escolar* utilizamos como referência a lei que, em 1835, definiu a obrigatoriedade da instrução elementar para as *crianças livres, do sexo masculino, de 08 a 14 anos* para toda província. Trata-se do recorte de um segmento muito específico que não encontra parâmetro nos períodos posteriores, pois, não considerou as mulheres e nem tampouco as crianças que, naquele período, se encontravam na condição de escravas. Porém, devemos considerar que utilizamos como critério o padrão de racionalidade dos legisladores mineiros que, naquela época, criaram uma lei definindo o grupo de crianças a qual estava destinada a obrigatoriedade da instrução elementar.

Quando consideramos o censo de Mariana, de 1831, a partir dos critérios estabelecidos pela lei da obrigatoriedade escolar, encontramos 133 crianças em condições de frequentar escolas. Entre elas, havia o registro de 65 que foram assinaladas como alunos das aulas de instrução elementar. Portanto, um atendimento a 41% das crianças em idade escolar, ou seja, aquelas que eram de *condição livre, do sexo masculino, na faixa de 08 a 14 anos de idade*³.

A escolarização era uma atividade que se fazia presente no cotidiano da cidade representando um importante serviço prestado à sua população e a de outras regiões que até a ela se dirigiam para ter acesso aos processos de educação formal.

A atração gerada por este tipo de serviço pode ser entendida como uma tradição na cidade de Mariana. Sua primeira manifestação mais concreta pode ser encontrada no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, fundado em 1750, que recebia vários alunos de outras regiões. Essa condição foi reafirmada com a criação do Colégio Providência, fundado em 1849, por freiras vicentinas oriundas da França, como espaço para educação de mulheres, passando a receber alunas de várias regiões.

³ O segmento que recortamos através daquilo que foi estabelecido pela lei de 1835 pode ser entendido como um elemento eficaz para indicar a *população em idade escolar* relativa aos anos de 1830. Mas, não comporta o mesmo nível de eficácia quando consideramos a trajetória percorrida pelo processo de escolarização que, em um período não muito distante, incorporou segmentos como as mulheres e aqueles que se encontravam escravizados. Portanto, para realizar um ajuste destes dados, é necessário incorporar estes dois grupos ao cálculo do que seria a população em idade escolar. Ao procedermos desta forma constatamos que o percentual de crianças em idade de frequentar a escola é ampliado de forma considerável, ou seja, passa de 133 crianças para 359. É evidente que há uma significativa queda no atendimento quando consideramos a totalidade das crianças de 08 a 14 anos, pois, nesta situação, o nível de cobertura da população em idade escolar cai para 15%.

Portanto, é preciso considerar a educação como um serviço ligado à cidade e às diferentes formas de configuração de seu padrão de urbanidade. De outro lado, esta atividade se caracterizava também como veículo de divulgação e promoção de ideias que dinamizavam sua vida cultural e política.

Elementos para uma classificação dos domicílios com crianças nas escolas de instrução elementar

O censo da população de Mariana foi construído a partir dos domicílios como unidades de moradia que reuniam informações sobre indivíduos livres e escravos. No registro relativo a cada domicílio encontramos o *nome* dos moradores, a *qualidade* (raça/cor), a *condição* (livres ou escravos), a *idade*, o *estado civil* e a *ocupação*, ou seja, a atividade exercida. Encontramos também o registro do parentesco entre os membros, ou outras formas de designação como agregados, ou expostos.

Portanto, neste documento podemos encontrar elementos que indicam a relação entre as pessoas que viviam no domicílio, o que permite uma aproximação com a estrutura dos grupos familiares, principalmente naqueles que assinalaram a presença de indivíduos nas escolas de instrução elementar. Podemos visualizar isso a partir das informações da Figura 1 que reproduz um domicílio, de 1831:

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
Alferes Bernardo Pinto Monteiro	Branco	Livre	56	Casado	Escrivão, general-mor
D. Maximiana Joaquina	Branco	Livre	43	Casado
José Mariano Pinto Monteiro (filho)	Branco	Livre	21	Negociante
Felicissimo (filho)	Branco	Livre	14	Escola
D. Maria (filha)	Branco	Livre	12
Joaquim (filho)	Branco	Livres	10
D. Francisca (filha)	Branco	Livre	4
Bernardo (filho)	Branco	Livre	12
Quitéria Gonçalves (agregada)	Parda	Livre	60
Pedro	Preto	Cativo	36
Maria Antônia	Preto	Cativo	32

FIGURA 1: Domicílio de Bernardo Pinto Monteiro – 1831

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de Mariana

Neste domicílio encontramos o grupo chefiado pelo Alferes Bernardo Pinto Monteiro, que era casado e estava acompanhado de sua esposa e seis filhos (quatro homens e duas mulheres). Encontramos também o registro de integrantes que não aparentavam nenhum tipo de parentesco, como a agregada Quitéria Gonçalves, os escravos Pedro e Maria Antônia.

A classificação de raça/cor indica uma hierarquia na definição da *qualidade* dos membros do domicílio, pois, como pode ser visto, o núcleo familiar foi assinalado como branco, enquanto os demais foram classificados a partir de um conjunto de termos hierarquicamente estruturados: a agregada Quitéria foi considerada parda e os escravos (Pedro e Maria Antônia) foram apresentados como pretos. Portanto, há uma hierarquia que separa os indivíduos a partir do *status racial*, ou seja, o núcleo familiar era branco, os agregados pardos e os escravos pretos. A classificação como branco é o reconhecimento de um *status* incondicional de liberdade. Os agregados, que de alguma forma tinham uma relação de dependência com o núcleo familiar, foram apresentados como pardos. Já os cativos, que eram absolutamente dependentes, foram assinalados na condição de pretos.

A regularidade com que encontramos esta hierarquização indica que as distâncias sociais eram acompanhadas, ou reforçadas, por diferenciações raciais. Isso indica que as classificações apresentadas no campo relativo à “qualidade” iam muito além da raça, ou cor, designando também um lugar social.

Na lista de Mariana encontramos a manifestação de uma mentalidade patriarcal que determinava que, quando havia um casal, o homem devia ser sempre apresentado em primeiro lugar, ou seja, como chefe do domicílio. Esta mentalidade também estabelecia que fosse indicada apenas a ocupação do chefe, ou do pólo masculino do domicílio. Desta forma, podemos perceber que há o registro da ocupação do chefe do domicílio, de seu filho mais velho e um indivíduo que estava na escola. Esta maneira de construir os registros nas listas nominativas indica que a ocupação do chefe determinava a dos demais membros, sinalizando que estes mantinham para com ele uma relação de dependência.

Neste sentido, devemos chamar a atenção para o registro dos indivíduos que estavam em processo de *escolarização como uma ocupação*. Isso indica que, no século XIX, a escola já havia se afirmado como um espaço destinado às crianças, sobretudo do sexo masculino. Por outro lado, indica também uma preocupação em privilegiar esta informação, ou seja, ela foi colocada em um nível de importância semelhante à ocupação do chefe do domicílio.

O registro censitário de Mariana apresenta a relação de parentesco entre os membros do domicílio e também a condição de diferentes sujeitos. No entanto, estas informações estão distribuídas de uma forma irregular, ou seja, são assinaladas em alguns casos e omitidas em outros. Deste modo, não podemos ter certeza do nível de relação entre os

membros do domicílio quando consideramos apenas as listas nominativas como material de pesquisa. Esta irregularidade pode ser parcialmente corrigida à medida que o contato com a documentação permite compreender a sua lógica de preenchimento e o ordenamento das informações. Assim, é possível perceber que em primeiro lugar sempre aparece o chefe do domicílio, em seguida - quando há - o registro do cônjuge, os filhos e por fim, agregados e escravos.

Esta lógica de ordenamento permite a visualização de um grupo familiar no interior do domicílio, mas sempre há dúvidas sobre o grau de proximidade dos indivíduos. A dificuldade se amplia quando encontramos um grupo que não estava organizado a partir de um casal. Nestes casos, é mais difícil avaliar se havia parentesco entre os membros.

Em Mariana, havia vários domicílios que eram organizados sem as relações de parentesco como elemento aglutinador do grupo. Isso estava ligado a uma realidade que remonta às sociedades do período pré-industrial, cuja principal característica era a organização das unidades de moradia como grupo de trabalho. No Brasil, o trabalho era uma instância fundamental em relação ao processo de organização dos domicílios. Desta forma, o que justificava a reunião de indivíduos de condições tão díspares (livres, escravos e agregados) era o fato de que os domicílios eram espaços de moradia e trabalho.

Quando consideramos a pluralidade de membros de um domicílio podemos dizer que, na maioria dos casos, havia um grupo que possuía relações de parentesco, mas, nem sempre é possível uma definição segura dos membros e do seu grau de proximidade. Isto impede que possamos utilizar de forma exclusiva a ideia de família para descrever o grupo ao qual estavam ligados os indivíduos que frequentavam as escolas de instrução elementar.

Para superar essas dificuldades construímos uma classificação que descreve os domicílios a partir de um modelo do tipo familiar. Para classificar os domicílios a partir de um modelo do tipo familiar desconsideramos as pessoas que foram registradas como escravas⁴ e utilizamos como referência a figura daquele que ocupava a chefia da moradia, já que a este indivíduo estavam ligados os demais que tinham para com ele uma relação de dependência.

⁴ As listas nominativas não deixam dúvida em relação à proximidade espacial entre senhores e escravos, que coabitavam a unidade de moradia organizada a partir do trabalho. No entanto, não podemos de forma alguma entender que os escravos tinham qualquer nível de pertencimento ao grupo familiar senhorial. Desta forma, os escravos foram desconsiderados na classificação familiar dos domicílios que construímos.

A partir deste modelo centrado na figura do chefe do domicílio criamos uma tipologia que permite descrever as unidades de moradia a partir de uma classificação familiar: (1) domicílio de grupo familiar simples, (2) domicílio de grupo familiar com agregado, (3) domicílio de grupo familiar ampliado, (4) domicílio de grupo chefiado por homem, (5) domicílio de grupo chefiado por mulheres.

Os três primeiros elementos desta tipologia têm em comum o fato de encontrarmos cônjuges no domicílio. Assim, a classificação considerou não só o chefe, mas também o fato dele ter uma situação conjugal reconhecida como legítima. Portanto, encontramos nesta situação um homem que ocupava a chefia do domicílio que foi registrado como casado e estava acompanhado por sua esposa.

O primeiro entre estes três tipos foi denominado de *domicílio de grupo familiar simples*. Trata-se de um grupo que corresponde ao padrão mais convencional de família para o mundo ocidental, ou seja, aquele em que há um homem e uma mulher reconhecidos como um casal, que podia estar acompanhado por seus descendentes diretos.

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
Lucio Ferreira do Bonfim	Pardo	Livre	30	Casado	Ferrador
Rita Ferreira	Pardo	Livre	22	Casado...	...
João	Pardo	Livre	01

FIGURA 2: Domicílio de Lucio Ferreira do Bonfim – 1831

Fonte: Lista Nominativa de Habitante de Mariana

No *domicílio de grupo familiar com agregado* temos todos os elementos relativos à definição do anterior, mas sempre há uma ou mais pessoas que não possuíam parentesco com os membros do grupo e foram registradas como agregados. O censo de Mariana apresenta formalmente a condição de agregado, assim, estes indivíduos têm esta condição assinalada após a apresentação do seu nome.

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
Jose Marianno da Crus	Pardo	Livre	50	Casado	Escrivão de órfãos
Faustina Placencia da Silva	Pardo	Livre	40	Casado	...
Guilherme Marianno da Crus	Pardo	Livre	20	Solteiro	Negócio
José Pedro	Pardo	Livre	06	...	Escola
Joaquim	Pardo	Livre	12
Pedro Alexandre do Vale (agregado)	Cabra	Livre	66	Solteiro	Sapateiro
Francisca	Crioula	Cativa	80	Viúva	...
Manoel	Preto	Cativa	55	Solteiro	Cego

FIGURA 3: Domicílio de José Mariano da Crus – 1831

Fonte: Lista Nominativa de Habitante de Mariana

O *domicílio de grupo familiar ampliado* descreve aqueles em que havia mais de um casal, ou seja, onde encontramos o chefe, sua esposa e outro casal que podia, inclusive, estar acompanhado por filhos. Em geral, o segundo casal era formado a partir de um descendente direto do primeiro (filho ou filha), porém, optamos pelo conceito de grupo familiar ampliado por levar em conta a situação de legitimidade matrimonial dos casais presentes no mesmo domicílio.

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
Eduardo Ferreira Mesquita	Pardo	Livre	43	Casado	Pedreiro
Maria dos Santos	Pardo	Livre	39	Casado	...
Joaquina Ferreira	Pardo	Livre	19	Solteiro	...
José Pereira Sales	Pardo	Livre	40	Casado	Sapateiro
Cândida Ferreira	Pardo	Livre	23	Casado	...
Anna	Pardo	Livre	99

Figura 4: Domicílio de Eduardo Ferreira Mesquita – 1831

Fonte: Lista Nominativa de Habitante Mariana

O *domicílio de grupo chefiado por homem* e *domicílio de grupo chefiado por mulher* foram construídos tendo como referência exclusiva a situação de chefia da unidade de moradia. Estes dois modelos foram aplicados a uma série de situações que apresentam domicílios em que a chefia era ocupada por um indivíduo que foi registrado como solteiro ou viúvo, não sendo possível definir com clareza a relação com os outros membros. Por exemplo, quando temos uma mulher registrada como viúva é provável que alguns membros sejam seus descendentes diretos, mas, é sempre difícil ter certeza em relação a esta afirmação.

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
D. Sebastiana Claudina	Branca	Livre	37	Viúva	Costureira
D. Maria	Branca	Livre	20	Solteira	...
Maria Felicia (exposta)	Branca	Livre	11	Solteira	...
Maria Joanna (agregada)	Crioula	50	Solteira	...
Carolina	Pardo	...	11	Solteira	...
Antonio	Preto	Cativo	30	Solteiro	...
Malaquias	Preto	Cativo		Solteiro	...
Roza	Preto	Cativo		Solteiro	...

Figura 5: Domicílio de Sebastiana Claudina – 1831

Fonte: Lista Nominativa de Habitante de Mariana

Em outros casos, temos domicílios que eram chefiados por membros do clero que estavam acompanhados por uma série de pessoas. Nesta situação, é provável que não houvesse ligação de parentesco entre os indivíduos, mas todos eram listados em uma situação de aparente dependência para com o chefe. Temos ainda domicílios onde encontramos indícios de que os membros eram irmãos da pessoa que ocupava a chefia, mas não é possível afirmar com certeza que se tratava de um grupo familiar organizado a partir de relações de parentesco.

<i>Habitantes</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Condição</i>	<i>Idade</i>	<i>Estado</i>	<i>Ocupação</i>
Padre José da Crus	Branco	Livre	34	Solteiro	Capelão da Sé, Sacerdote
D Margarida Pereira da Costa	Branco	Livre	84	Viúvo	...
Egídio Lopes	Branco	Livre	14	Solteiro	Estudante
Jeronimo Lopes	Branco	Livre	13	Solteiro
Joaquina	Preto	Cativo	50	Solteiro

Figura 6: Domicílio de José da Crus – 1831

Fonte: Lista Nominativa de Habitante de Mariana

Para contornar as incertezas em relação aos membros destes grupos que eram chefiados por pessoas solteiras, ou viúvas, utilizamos, para efeito de classificação, a designação de *domicílio de grupo chefiado por homem* e *domicílio de grupo chefiado por mulher*. A distinção de gênero é importante nestes casos, pois permite visualizar um padrão de comportamento que apresenta diferenças entre os dois sexos e, como veremos, está relacionado com a inserção de crianças nas escolas.

Perfil dos domicílios com crianças nas escolas de instrução elementar

Em Mariana, as sessenta e cinco crianças que se encontravam nas escolas de instrução elementar estavam distribuídas por 46 domicílios. Estes eram habitados por um pequeno número de pessoas, isso se torna evidente quando consideramos os indivíduos livres que neles viviam. Em 29 deles, encontramos de duas a cinco pessoas livres; em 14, de seis a nove e apenas 03 possuíam dez habitantes ou mais.

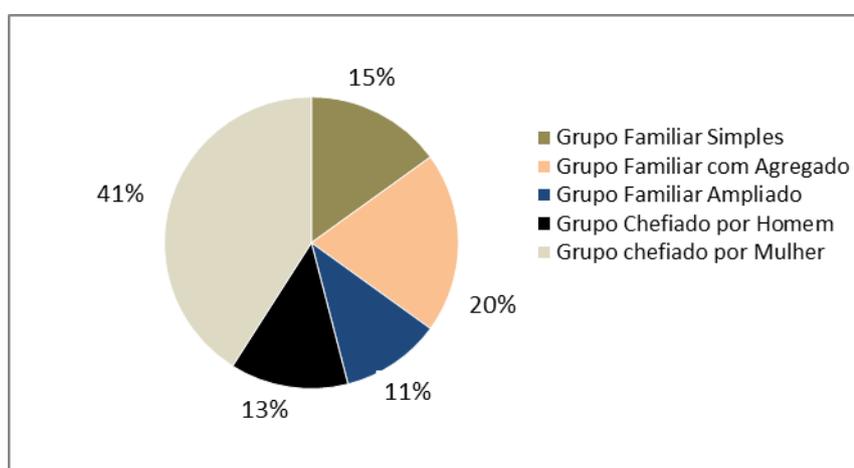
O conjunto dos dados relativos aos domicílios onde viviam alunos das escolas de instrução elementar indica que estes grupos possuíam uma situação econômica que os colocava fora dos grupos mais favorecidos economicamente. Isso pode ser constatado nos dados relativos à posse de escravos, estes não se faziam presentes na maioria dos

domicílios que possuíam crianças em processo de escolarização. De um total de 46 domicílios, em 29 encontramos apenas pessoas livres, mesmo naqueles em que havia escravos estes estavam presentes em pequeno número.

Portanto, os domicílios com crianças nas escolas eram habitados por um pequeno número de pessoas e a maioria absoluta destas moradias comportava somente indivíduos de condição livre. Quando consideramos os quarenta e seis domicílios a partir da tipologia que apresentamos anteriormente, temos a seguinte distribuição:

Gráfico I

Perfil dos domicílios com crianças nas escolas elementares de Mariana - 1831



Fonte: Lista nominativa de Mariana, 1831.

O que surpreendente nestes dados é o predomínio dos domicílios de grupos chefiados por mulheres, 41% do total. Mesmo quando consideramos os dois grupos familiares do tipo simples, ou seja, com e sem agregado, estes ainda eram numericamente inferiores aos que eram chefiados por mulheres, pois, em conjunto, chegam a compor 35%. Portanto, encontramos um número expressivo de mulheres chefes de domicílios que utilizavam a escolarização como estratégia de movimentação no espaço social.

Este é mais um elemento que afirma o padrão de urbanidade representado por Mariana. Isso fica evidente quando comparamos esta situação com distritos que possuíam características mais próximas do espaço rural, como pode ser evidenciado através de uma comparação com o distrito de São Gonçalo, que se encontrava na região sul da província de Minas⁵.

⁵ Esta região teve sua economia estruturada a partir das necessidades de abastecimento da região mineradora e, a partir do início do século XIX, das províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Portanto,

O censo da população de São Gonçalo, em 1831, registra um total de 3.582 indivíduos, portanto, do ponto de vista demográfico, superior a Mariana que possuía 2.974 habitantes. No entanto, quando consideramos o número de crianças assinaladas como alunos das escolas de instrução elementar, encontramos 37 indivíduos. Número muito inferior às 65 crianças que encontramos em Mariana, que foi um dos dados que utilizamos para classificá-la como um espaço urbano.

O contraponto entre o rural e o urbano em relação às duas cidades fica mais evidente quando analisamos o perfil dos ofícios (ocupações) presentes nas duas cidades. Quando consideramos a população apta para o mundo do trabalho⁶, ou seja, aquela que era composta por indivíduos (livres e escravos) que se encontravam na faixa etária acima dos 14 anos, encontramos 2.229 pessoas nestas condições em São Gonçalo. Destas, 39% estavam ligadas a atividades que podemos classificar como rurais. Em relação à Mariana, temos 2.295 indivíduos, mas, entre eles, apenas 4,5% exerciam alguma atividade ligada a ofícios que poderíamos chamar de rurais.

No perfil dos alunos das escolas de instrução elementar também encontramos diferenças. Quando consideramos a condição racial dos alunos, encontramos uma situação oposta à de Mariana, isso porque temos um predomínio absoluto dos brancos na escola, ou seja, dos 37 alunos, 35 foram classificados desta forma, ou seja, 94,5%.

Isso indica uma diferença em relação à possibilidade de circulação encontrada por negros em cidades que eram marcadas por um perfil urbano, como no caso de Mariana. Esta situação também se verifica em relação às mulheres chefes de suas unidades de moradia que, como vimos, compunham o maior grupo de domicílios com crianças na escola em Mariana. Realidade bem diferente daquela que encontramos em São Gonçalo, onde havia apenas 4 domicílios chefiados por mulheres com crianças nas escolas, o que representava 20% do total. Ou seja, em Mariana, encontramos 41% mais que o dobro de domicílios com crianças nas escolas que eram chefiados por mulheres.

Portanto, a condição de mulheres chefes de domicílio com crianças nas escolas é algo que estava ligado às condições de vida produzidas nos espaços urbanos que, certamente, propiciava uma gama maior de possibilidades para este segmento. No espaço urbano

tratava-se de uma região com um perfil sócio-econômico ligado ao desenvolvimento das atividades rurais. Ver: Andrade, 2008.

⁶ Para efeito de classificação da população que estava apta para o trabalho utilizamos, mais uma vez, como referência a Lei n. 13 e o corte etário que definiu a crianças que eram obrigadas a frequentar escolas. Procuramos utilizar como referência uma lei que exprimia um padrão etário considerado naquela época, mas, no entanto, temos clareza da complexa situação do trabalho na sociedade do século XIX e as diferenças de inserção de livres e escravos na vida ativa.

representado por Mariana, as hierarquias e os preconceitos dirigidos a grupos como mulheres e negros não impedia a construção de estratégias que lhes permitiam uma capacidade maior de movimentação no espaço poroso das cidades, onde podiam, inclusive, utilizar os processos de educação formal como mecanismos de afirmação no espaço social.

Considerações finais

A relação entre o espaço urbano e os processos ligados à escolarização é um fenômeno conhecido pela história da educação (HILSDORF, 2012). A escola é algo que se faz presente no espaço urbano e foi fundamentalmente nele que ela encontrou o ambiente propício para seu desenvolvimento. De outro lado, este foi um dos serviços importantes para formação e afirmação dos mais diferentes aspectos relativos à urbanidade, sobretudo quando o consideramos dentro do quadro de referências do século XVIII e XIX.

Neste sentido, podemos afirmar que Mariana era uma das expressões do padrão de urbanidade que se estabeleceu em Minas Gerais. Acompanhando este padrão, encontramos um desenvolvimento significativo dos processos de educação formal que cumpriam uma dimensão importante como um serviço prestado à população e também como elemento para dinamização da vida política e cultural da cidade.

Dentro deste universo, merece destaque a vinculação de um segmento específico da população com as escolas: mulheres que eram chefes de suas unidades de moradia. A existência de mulheres nesta condição já é algo relativamente familiar aos estudos da historiografia brasileira, que vem contestando a visão tradicional de absoluta passividade atribuída ao sexo feminino (SAMARA, 1993).

Em Mariana, quando consideramos a questão do ponto de vista de uma abordagem que leva em consideração elementos relativos à educação, principalmente no que se refere ao perfil dos grupos que possuíam crianças nas escolas, constatamos um predomínio absoluto de domicílios chefiados por mulheres. Esta realidade está próxima daquela que foi descrita por Fonseca (2009) em um trabalho que tratou da questão a partir da Região Mineradora Central, onde os domicílios chefiados por mulheres apareceram em seguida aos de grupo familiar simples, nos dados relativos a dez distritos de Minas Gerais.

Em Mariana, encontramos uma situação em que os domicílios chefiados por mulheres alcançaram uma representação que os sobrepunha ao modelo mais convencional de família que conhecemos, ou seja, os domicílios de grupo familiar simples. As mulheres

chefes de domicílio estavam presentes na cidade de forma semelhante outras regiões brasileiras (SAMARA, 1993), no entanto, encontramos um predomínio absoluto delas em meio aos domicílios que tinham crianças nas escolas de instrução elementar. Desta forma, podemos constatar que era em uma cidade onde havia um elevado padrão de urbanidade que as mulheres chefes de domicílio encontraram possibilidades de utilização da escola como dispositivo para desafiar e enfrentar as hierarquias da sociedade escravista e patriarcal que se estabeleceu em Minas Gerais.

Fontes Documentais

- Lista nominativa dos habitantes de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro: Fundo Presidente de Província – Documentos Microfilmados.
- Livro das Leis mineiras. Ouro Preto (1835 – 1883). Arquivo Público Mineiro.

Bibliografia

ALMEIDA, Gabriela Berthou de Almeida. O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte na construção da nação: debates políticos e propostas educacionais. In: HAMDAN, J. C.; FONSECA, M. V.; CARVALHO, R. A. *Entre o seminário e o grupo escolar: a história da educação em Mariana (XVIII e XX)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a formação do estado imperial Brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1880)*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

CUNHA, Alexandre M. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, V. 11, n. 16, p. 57-70, 2009.

CUNHA, Alexandre M. *Vila Rica – São João Del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e XIX*. Niterói/RJ, Dissertação de Mestrado – UFF, 2002.

FONSECA, Claudia D. O espaço urbano de Mariana: sua formação e representações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: UFOP, 1998.

FONSECA, Marcus V. *População negra e educação: uma análise a partir do perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009

_____. Perfil dos domicílios e grupos familiares com crianças nas escolas de instrução elementar em Minas Gerais no século XIX. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo: Autores Associados, n. 23, p 13-39, 2010.

HISLDORF, Maria L. S. *O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2012.

PAIVA, Clotilde A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1996.

SAMARA, Eni M. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. In: *História*. São Paulo: UNESP, N. 12, p. 49-61, 1993.

VEIGA, Cynthia Greive. Obrigatoriedade escolar em Minas Gerais no século XIX: coerção externa e autocorreção. In: VIDAL, D. G.; FIGUEIREDO DE SÁ, E.; SILVA, V. G. *Obrigatoriedade Escolar no Brasil*. Cuiabá/MT, EdUFMT, 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. Faces da obrigatoriedade escolar: lições do passado, do presente. In: VIDAL, D. G.; FIGUEIREDO DE SÁ, E.; SILVA, V. G. *Obrigatoriedade Escolar no Brasil*. Cuiabá/MT, EdUFMT, 2013.